

processo individual, desde que estes sejam autênticos ou autenticados e do facto façam menção no seu requerimento de candidatura.

9.7 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos são puníveis nos termos da lei.

9.8 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

10 — Publicação dos resultados — a relação de candidatos admitidos e excluídos a concurso e a lista de classificação final serão afixadas nos Serviços Administrativos e no Complexo de Piscinas do EUL, Avenida do Professor Egas Moniz, 1600-190 Lisboa, para além dos procedimentos de notificação previstos nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — Júri — o júri do presente concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Dr. João Manuel da Silva Roquette, presidente do EUL.

Vogais efectivos:

Dr. Carlos Manuel Morais Valente, vice-presidente do EUL.  
Dr.ª Maria Luísa Fonseca Caetano, técnica superior de 1.ª classe da Faculdade de Medicina de Lisboa.

Vogais suplentes:

Dr. Ana Luísa Antas de Barros Frischnecht, técnica superior de 1.ª classe do EUL.  
Dr. António Jorge Tavares Roque Alpendre, técnico superior de 2.ª classe do EUL.

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

8 de Agosto de 2006. — O Vice-Presidente, em substituição do Presidente, *Carlos Valente*.

#### Aviso n.º 8811/2006

##### Concurso interno de acesso geral para a categoria de técnico superior de 1.ª classe, da carreira de técnico superior de desporto

1 — Ao abrigo dos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por despacho de 4 de Agosto de 2006 do presidente do Estádio Universitário de Lisboa, I. P. (EUL), se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da afixação do presente aviso, concurso interno de acesso geral com vista ao provimento de um lugar da categoria de técnico superior de 1.ª classe, da carreira de técnico superior de desporto, do quadro de pessoal do EUL, aprovado pela Portaria n.º 860/99, de 8 de Outubro, e alterado pela Portaria n.º 320/2000, de 2 de Junho.

2 — Promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres (despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março) — «em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

3 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o preenchimento do lugar mencionado, caducando com o seu preenchimento.

4 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se, nomeadamente, os Decretos-Leis n.ºs 248/85, de 15 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, 204/98, de 11 de Julho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e 141/2001, de 24 de Abril, o Código do Procedimento Administrativo, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, bem como o Decreto-Lei n.º 276/89, de 22 de Agosto, e a Portaria n.º 860/99, de 8 de Outubro, alterada pela Portaria n.º 320/2000, de 2 de Junho.

5 — Área e conteúdo funcionais — ao lugar a preencher corresponde a área funcional de actividade física e desporto, cujas funções de concepção, planeamento e natureza executiva são as genericamente descritas na Portaria n.º 860/99, de 8 de Outubro, e no mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, para o respectivo grupo de pessoal.

6 — Vencimento, local e condições de trabalho — as funções serão exercidas no Estádio Universitário de Lisboa, I. P., sito na Avenida do Professor Egas Moniz, 1600-190 Lisboa, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central e a remuneração a fixada nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar, designadamente o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18

de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e a Portaria n.º 229/2006, de 10 de Março.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Requisitos gerais — os definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

7.2 — Requisitos especiais — ser técnico superior de 2.ª classe, com:

Três ou mais anos na categoria e classificação de serviço não inferior a *Bom*, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 8 de Junho; ou

Dois anos na categoria, sendo que num desses teve classificação de serviço de *Excelente*, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março; ou

Dois anos consecutivos na categoria com classificação de serviço de *Muito bom*, nos termos do n.º 4 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

8 — Métodos de selecção — será utilizada a avaliação curricular, com carácter eliminatório para os candidatos que obtenham nota inferior a 9,5 valores, complementada com entrevista profissional de selecção.

8.1 — Cada um dos métodos de selecção supra-referidos será pontuado na escala de 0 a 20 valores, sendo a classificação final dos candidatos a que resultar da média aritmética simples da pontuação atribuída a cada um dos factores de avaliação.

8.2 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área em que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, sendo obrigatoriamente considerados e ponderados os seguintes factores:

Habilitações literárias;  
Formação profissional;  
Experiência profissional;  
Classificação de serviço.

8.3 — Na entrevista profissional de selecção serão avaliadas, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, de acordo com as exigências da função, sendo considerados e ponderados os seguintes factores de apreciação:

Sentido crítico;  
Motivação;  
Expressão e fluência verbais;  
Qualidade da experiência profissional.

8.4 — Os critérios de apreciação e ponderação de cada um dos factores a considerar na avaliação curricular e na entrevista profissional de selecção, bem como as pontuações a atribuir-lhes, serão definidos pelo júri do concurso, sendo a acta da reunião em que forem fixados facultada aos candidatos sempre que a mesma for solicitada.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento de admissão ao concurso, datado, assinado e redigido em papel normalizado, dirigido ao presidente do Estádio Universitário de Lisboa, I. P., e acompanhado dos documentos referidos no n.º 9.3, podendo ser entregue pessoalmente na sede do organismo, sito na Avenida do Professor Egas Moniz, 1600-190 Lisboa, dentro do prazo referido no n.º 1, ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, para o mesmo endereço, desde que expedidos até ao último dia do prazo fixado para a entrega das candidaturas.

9.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do candidato — nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número do bilhete de identidade, data de emissão e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte, residência e endereço para o qual deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso, caso difira daquela, e telefone, se o tiver;

b) Identificação do concurso a que se candidata, fazendo referência ao número do *Diário da República* onde vem publicado;

c) Habilitações literárias e profissionais;

d) Categoria detida, serviço a cujo quadro pertence e serviço onde exerce funções, caso não coincidam, e natureza do vínculo à Administração Pública;

e) Declaração, sob compromisso de honra, de que preenche os requisitos gerais de admissão a concurso previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9.3 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais;

- b) Fotocópia do bilhete de identidade;
- c) Declaração actualizada, emitida e autenticada pelo serviço de origem, donde constem, de maneira inequívoca, a categoria detida, a natureza do vínculo à Administração e ainda a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública, expressa em anos, meses e dias, bem como as classificações de serviço e ou avaliação de desempenho, na sua expressão quantitativa, respeitantes aos anos relevantes para efeitos de concurso;
- d) Declaração, emitida e autenticada pelo serviço ou organismo onde foram exercidas as funções durante os anos relevantes para efeitos de acesso na carreira, especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades cometidas ao candidato, bem como o período a que as mesmas se reportam;
- e) Currículo profissional detalhado, datado e assinado, do qual constem, designadamente, as funções que exerce e que exerceu anteriormente, com indicação dos correspondentes períodos e actividades relevantes, assim como a formação profissional detida (cursos, estágios, especializações, acções de formação, seminários, etc.), com indicação da respectiva duração, datas de realização e entidades promotoras;
- f) Documentos comprovativos das acções de formação profissional frequentadas;
- g) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar para melhor apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal.

9.4 — Os candidatos a quem não tenha sido atribuída classificação de serviço/avaliação de desempenho no(s) ano(s) relevante(s) para o concurso deverão requerer ao júri do concurso, no requerimento de candidatura, o respectivo suprimento, mediante adequada ponderação do currículo profissional relativamente ao período que não tenha sido objecto de classificação ou avaliação, nos termos do disposto, respectivamente, no artigo 20.º do Decreto Regulamentar n.º 44-B/83, de 1 de Junho, na redacção do Decreto Regulamentar n.º 40/95, de 1 de Julho, ou no artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Março.

9.5 — É suficiente a instrução das candidaturas com fotocópias simples dos documentos a que se refere o número anterior, nos termos do disposto no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março.

9.6 — Os candidatos pertencentes ao quadro de pessoal do Estádio Universitário de Lisboa, I. P., estão dispensados da apresentação dos documentos comprovativos que se encontrem arquivados no respectivo processo individual, desde que estes sejam autênticos ou autenticados e do facto façam menção no seu requerimento de candidatura.

9.7 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos são puníveis nos termos da lei.

9.8 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

10 — Publicação dos resultados — a relação de candidatos admitidos e excluídos no concurso e a lista de classificação final serão afixadas nos Serviços Administrativos e no Complexo de Piscinas do EUL, Avenida do Professor Egas Moniz, 1600-190 Lisboa, para além

dos procedimentos de notificação previstos nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — Júri — O júri do presente concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Dr. João Manuel da Silva Roquette, presidente do EUL.

Vogais efectivos:

Dr. Carlos Manuel Morais Valente, vice-presidente do EUL.

Dr.ª Ana Luísa Antas de Barros Frischknecht, técnica superior de 1.ª classe do EUL.

Vogais suplentes:

Dr. José Eduardo Matias Henriques, docente do quadro de nomeação definitiva do Ministério da Educação.

Engenheiro Nuno Eduardo Gomes Pires Silvestre, técnico superior de 1.ª classe do EUL.

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

8 de Agosto de 2006. — O Vice-Presidente, em substituição do presidente, *Carlos Valente*.

## MINISTÉRIO DA CULTURA

### Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

#### Despacho (extracto) n.º 17 055/2006

Por despacho do director do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) de 7 de Julho de 2006, foi Ana Maria Lomba da Guia Ferreira, assistente administrativa principal, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal do Arquivo Distrital de Viana do Castelo, a exercer funções correspondentes à categoria de técnico profissional de arquivo, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, provida, por reclassificação profissional, na categoria de técnico profissional de 1.ª classe, da carreira de técnico profissional de arquivo, em lugar vago do quadro de pessoal do Arquivo Distrital de Viana do Castelo, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, ficando posicionada no escalão 1, índice 222.

13 de Julho de 2006. — O Director, *Silvestre Lacerda*.

### Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia

#### Listagem n.º 175/2006

Torna-se pública a listagem de subsídios concedidos pelo Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia no 1.º semestre do ano de 2006, em conformidade com o estabelecido no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 26/94:

Entidade	Despacho/autorização	Beneficiário	Montante (euros)
DIR ICAM	15-11-2005	39 Degraus, Produção de Filmes e Multimédia	2 000
DIR ICAM	3-6-2005	ABC — Cineclube de Lisboa	2 062,79
DIR ICAM	3-6-2005	Abril em Maio	948,45
DIR ICAM	3-2-2006	Alfândega Filmes, L.ª	6 000
DIR ICAM	3-6-2005	ALZINE — Associação Cultural Alcainense	216,59
DIR ICAM	8-8-203	Ambar Filmes — Prod. Audiovisuais e de Teatro, L.ª	6 750
DIR ICAM	1-10-2004	Ambar Filmes — Prod. Audiovisuais e de Teatro, L.ª	4 500
DIR ICAM	19-6-2006	Anabela de Assunção Costa	1 282,13
DIR ICAM	13-3-2006	ANDAR Filmes — Prod., Dist. e For. Aud. Unipessoais	2 493,40
MC	17-11-1999	Anima Nostra, Ideas e Imagens, L.ª	7 035
MC	15-7-2002	Anima Nostra, Ideas e Imagens, L.ª	7 481,97
MC	12-4-2004	Anima Nostra, Ideas e Imagens, L.ª	15 450
MC	4-6-2004	Anima Nostra, Ideas e Imagens, L.ª	50 000
MC	4-1-2005	Anima Nostra, Ideas e Imagens, L.ª	50 000
MC	21-2-2005	Anima Nostra, Ideas e Imagens, L.ª	70 000
DIR ICAM	11-5-2005	Anima Nostra, Ideas e Imagens, L.ª	10 500
MC	15-7-2002	Animais, Animação, Vídeo e Publicidade, L.ª	4 788,52
MC	22-4-203	Animais, Animação, Vídeo e Publicidade, L.ª	9 205
DIR ICAM	27-4-2004	Animais, Animação, Vídeo e Publicidade, L.ª	4 189,92
MC	1-8-2001	Animo Leve — Cinema, Audiovisual e Multimédia, L.ª	4 189,27
DIR ICAM	3-5-2005	Ao Norte	500